

RELATÓRIO INSTITUCIONAL 2017

COL – CÍRCULO OPERÁRIO LEOPOLDENSE

ASPECTOS GERAIS – GESTÃO:

O presente relatório anual refere-se às ações realizadas no ano de 2017 e agrega as informações sobre as principais atividades realizadas no período e foi elaborado em conjunto com os/as trabalhadores/as.

No cenário geral, 2017 foi marcado por retrocessos no campo dos direitos sociais, econômicos e políticos que impactaram de forma direta o público atendido e o trabalho do Círculo Operário Leopoldense. No Estado, convivemos com um governo de estagnação e entreguismo, aumentando as dificuldades para a população mais vulnerável. No Município de São Leopoldo, mesmo com um governo do campo popular mais aberto ao diálogo e às causas sociais, o ano foi de ações limitadas pelo orçamento exíguo. Os serviços funcionaram de forma precária e a população tem permanecido sem a atenção devida.

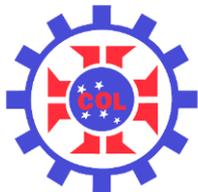
Frente a esse contexto e pelo compromisso histórico com os direitos humanos, o COL sentiu-se desafiado a reafirmar a defesa de direitos conquistados e que correm risco. Assim, em parceria com o Proame – Cedeca Bertholdo Weber articula, planeja e torna pública (em 25 de novembro) a abertura das atividades do CENTRO DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS – CDDH, fortalecendo o trabalho em rede e a atitude coletiva.

Por meio de um conjunto de ações como o advocacy, a mobilização, a sensibilização pública, os processos restaurativos e a proteção jurídico-social, o CDDH tem como objetivo promover a dignidade humana e a defesa dos direitos, visando o exercício integral e universal dos direitos humanos e a promoção da cidadania plena. Mesmo tendo funcionado apenas um mês em 2017 e sem a destinação de recursos específicos, o CDDH atendeu e realizou encaminhamentos de quatro denúncias, além da articulação com o Sistema de Garantia de Direitos local.

Institucionalmente, 2017 foi novamente um tempo de muito trabalho, avaliação, planejamento e organização. A preocupação com a sustentabilidade foi constante e exigiu a participação de todos/as. Por isso priorizou-se a comunicação institucional e a transparência, tanto em relação aos/as trabalhadores/as como o Conselho Diretor. O compromisso e empenho de todos/as e as ações planejadas tendo presente uma realidade viável permitiram que o COL encerrasse o ano de forma a contemplar o que foi planejado. Mesmo com orçamento reduzido, foi possível reajustar o salário acima dos índices do acordo sindical para os menores salários, trazendo maior equidade nas relações de trabalho e valorização dos/as trabalhadores/as.

O planejamento em vigor em 2017 foi monitorado e a sua execução avaliada, ao mesmo tempo em que o processo de planejar o triênio 2018 – 2020 foi sendo desenvolvido. A metodologia foi construída de forma compartilhada. Os momentos coletivos possibilitaram a análise dos cenários, a reflexão sobre o impacto das práticas e a limitação dos recursos e posterior definição das prioridades de ação. Vale destacar a participação das equipes e do Conselho Diretor em todos os momentos, construindo conjuntamente a caminhada do COL.

A gestão priorizou a transparência e diálogo na tomada das decisões, dando sequência na discussão, sistematização e implantação dos fluxos de trabalho por meio dos planos de gestão (de pessoas, de imóveis, administrativo, arquivo e comunicação). Esse movimento contribuiu não só com a fluidez e agilidade dos processos de trabalho, mas também com a melhora nas relações interpessoais e entre os programas.



A gestão compartilhada se fortaleceu com momentos de reuniões e trocas, como: reuniões da equipe institucional (mensais), reuniões de coordenadores/direção executiva (semanal), dos representantes dos espaços de representação (mensal), com as representantes legais (mensal), com o Conselho Diretor (mensal), além das reuniões específicas dos programas, de planejamento e formação. O calendário institucional priorizou momentos coletivos de formações, monitoramento, planejamento, construção coletiva dos planos de Ação e de Trabalho, reforçando a integração e o sentimento de pertencimento.

Merece destaque a atuação do Conselho Diretor nesse ano, priorizando a escuta e a discussão de pautas políticas do COL, delegando as pautas administrativas e burocráticas para o diálogo entre as representantes legais e direção ou a Grupos de Trabalho específicos.

A participação ativa nos espaços de representações/incidência política foi constante, assegurando o COL como referência no Município e Estado, especialmente no Comdedica, no CMAS, no Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente (Municipal e Estadual), na Rede de Medidas Socioeducativas e na CBCO. Foi um ano de intenso diálogo com a gestão Municipal, via FDCA e Conselhos Municipais, em razão dos constantes atrasos nos repasses de recursos, das dificuldades na execução do trabalho direto pela fragilidade dos serviços, especialmente CRAS, Creas e Conselhos Tutelares, além da morosidade das respostas do gestor sobre questões ligadas à proteção da infância.

No âmbito Estadual, o diálogo fluiu a contento com a Fase/RS, mas foi bastante difícil a relação com o Ministério Público e o Judiciário por diferenças na concepção sobre a execução das medidas socioeducativas. Para eles, o caráter punitivo se sobressai em detrimento do aspecto educativo e social da medida, posição que não é acolhida pelo CAS/COL gerando alguns conflitos de ideias e dificultando a evolução do trabalho e da relação com os socioeducandos. Mesmo com os entraves, o CAS/COL seguiu cumprindo seu trabalho, sendo referência na execução de medida de semiliberdade no estado.

O projeto Coletivo São Leopoldo, que realizava ações de formação profissionalizante de jovens e o incentivo à inserção no mercado de trabalho, e contava com o apoio do Instituto Coca-Cola foi finalizado durante o ano de 2017. A partir da avaliação do baixo impacto na vida dos adolescentes e jovens, da metodologia inapropriada para o público e do conflito de propósitos do programa com a missão, visão e valores do COL, em comum acordo com o Instituto foi definido pelo encerramento das atividades. O espaço físico foi remodelado e sua estrutura acolhe hoje o CDDH.

Financeiramente, as receitas próprias foram responsáveis pela manutenção integral da estrutura administrativa de apoio e garantiu a maior parte dos investimentos no Programa CCA – Casa da Criança (núcleos da Paim e da Feitoria), que atendeu 140 crianças e adolescentes e suas famílias, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. No CAS – Centro de Atendimento Socioeducativo, que acolhe 20 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, a maior parte dos recursos para a manutenção vem da FASE/Estado, mas também tem a participação dos recursos próprios do COL. Por isso, cada vez mais é importante qualificar, ampliar e diversificar as fontes de receitas.

O **desafio para 2018** é manter o ambiente organizacional colaborativo, envolvendo os programas, os trabalhadores/as e os/as conselheiros/as; aprimorar os processos de gestão; qualificar impacto do trabalho dos programas; avançar no debate sobre o papel social do COL frente ao contexto atual; assegurar a sustentabilidade, especialmente pela relação locatícia e valorização do patrimônio, e; ampliar e visibilizar a atuação do CDDH.



ASPECTOS OPERACIONAIS: ÁREAS ADMINISTRATIVO-GERENCIAIS

Recepção/Secretaria

Além do atendimento diário na recepção aos associados do serviço de saúde e público em geral, serviços externos (correios, Prefeitura, Sedes), controle do uso do auditório e de veículos, chaves e equipamentos, priorizou-se a organização do arquivo e documentos.

A aquisição de material de limpeza/expediente neste ano teve uma preocupação especial para a economia, pesquisando preços e reduzindo consumo de alguns produtos.

A partir das definições e orientações do GT ABBA, foi instituído um sistema de organização dos arquivos, classificando em Corrente, intermediário e Permanente, que foram identificados e padronizados em pastas AZ e caixas de arquivo. As locações do Auditório/Pátio totalizaram 21 locações, sendo 7 Locações Comerciais, 7- Locações Solidárias e 7 Locações do Pátio do COL.

Jurídica

Durante o ano de 2017, o jurídico teve bastante envolvimento com as demandas de contratos locatícios e prestadores de serviços, além de subsidiar o departamento pessoal com orientações e pareceres. Todavia, o maior investimento deu-se no acompanhamento aos processos onde o COL figura como parte. São eles:

Ações ordinárias Simples: 20, apenas em uma delas o COL é réu (18 deles são demandas antigas - antes de 2013 e 02 de 2017). São 13 ações de cobrança de aluguéis e/ou despejo, 03 de cobrança ressarcimento/precatórios, 01 de execução fiscal de imposto territorial, 01 serviços de saúde, 01 reintegração de posse e 01 indenização por perdas por obras (onde o COL é réu).

Ações trabalhistas: 04 (01 de socioeducador do CAS – de 2015 e 03 de trabalhadoras da EEI, de 2017).

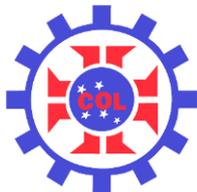
Processos findos em 2017: 02

Comunicação

No ano de 2017 a comunicação foi pautada em diversas atividades, com destaque para: planejamento e instalação das placas de identificação do CAS e CCA/Paim e Feitoria; lançamento do CDDH (sarau e audiência pública); reuniões mensais com os coordenadores e educadores dos programas, com o objetivo de organizar/debater as atividades em que a comunicação deverá participar, seguindo as diretrizes da instituição; divulgação dos imóveis aptos para locação; fortalecimento da imagem institucional, fazendo com que o COL seja reconhecido na comunidade e região como um importante protagonista na Defesa e Garantia dos Direitos Humanos; confecção do novo folder e elaboração do novo site da instituição

Nutrição

Este ano foi de muito trabalho, mas também de muitos resultados. Com o encerramento das atividades da Escola de Educação Infantil, a atuação teve mais ênfase nos dois núcleos da Casa da Criança e do Adolescente, onde as ações focaram a proposta da Alimentação Saudável, a importância dentro da Instituição. No mesmo sentido, foram



desenvolvidas várias atividades com as crianças e adolescentes e encontros de famílias e oficinas culinárias com grupo de mulheres. Como encerramento da Semana da Alimentação, foi realizado um Café Colonial com COMIDA DE VERDADE, para as famílias e comunidades, integrando os programas do COL.

O acompanhamento das medidas antropométricas das crianças e adolescentes serviram de subsídio para tomada de algumas decisões na proposta da alimentação. Com as visitas domiciliares é possível precisar um pouco do contexto familiar para as orientações nutricionais e encaminhar para rede.

No CAS, as ações envolveram oficinas culinárias com os adolescentes, abordando a questão da Alimentação Saudável e de resgatar o hábito de cozinhar. A realização das medidas antropométricas também possibilita momento para conversar particularmente com cada um, e ter percepções da alimentação servida no local.

Além dessas atividades, a nutrição elabora relatórios técnicos, atua na parte da produção, elaborando cardápios, controle de estoques, controle de validade, listas de compras, distribuição das doações, fiscalização da parte higiênica e sanitária, passando orientações para os trabalhadores, principalmente cozinheiras e serviços gerais.

Serviço de Saúde

Em relação ao serviço de saúde, em 2017 continuamos a buscar e formalizar novas parcerias, trabalho iniciado no ano anterior com a divulgação dos novos parceiros. Assim foi ampliada a relação de parcerias, totalizando 30 novos parceiros entre médicos, clínicas, laboratórios, terapias alternativas e outros, formalizadas via contrato.

Todavia, a procura para ingressar como associado no serviço de saúde tem sido baixa levando em consideração os anos anteriores e é considerável o número de exclusões de associados. Notadamente a oferta de serviços e os descontos ainda não são tão atrativos e o desafio do próximo ano é aprofundar a divulgação e buscar outras formas de investir na captação de mais benefícios e associados.

O COL tem retorno no valor da mensalidade e não nas parcerias e consultas ou exames faturados. Já avançamos bastante na desoneração por parte do COL da oferta desse serviço, diminuindo o tempo gasto em atendimentos. Novos parceiros foram agregados e renovados os contratos antigos, mas os descontos são basicamente os mesmos praticados nas negociações individuais com consultórios e clínicas, não trazendo grandes vantagens aos associados. Em relação aos boletos, a partir de junho estarão sendo enviados pelo correio, o que contribuiu para a redução de reclamações dos associados sobre o não recebimento das faturas e qualifica a relação.

Imóveis

Uma avaliação realizada no ano anterior mostrou que existem muitas dúvidas e poucas diretrizes definidas para orientar forma de operar as relações com inquilinos e os problemas de manutenção e regularização patrimonial.

Por isso, definimos por considerar esta pauta como prioritária no COL, mas não foi possível avançar como desejado. Mesmo assim, o processo de definição de critérios e de regularização das relações de locação foram sendo implementadas, gerando baixa inadimplência e apenas uma nova demanda judicial por falta de pagamento ou ação de despejo.

O foco da preocupação com os imóveis foi a regularização documental dos mesmos. Foi dada entrada novamente no PPCI da Sede e do PE. Santini para tentar agilizar o processo que estava parado a algum tempo. Devido a burocracia do Corpo de Bombeiros os processos não estão tão rápidos como gostaríamos. O PPCI da CCA Feitoria foi



realizado e o prédio está em fase de adequação. Também foi encaminhada formalmente a solicitação de desmembramento de parte do terreno onde está instalada a CCA Feitoria e cedência por parte do Município.

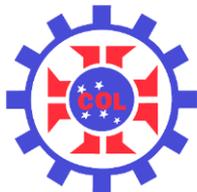
Outros edifícios onde temos salas (Goethe Platz e Michalski) também estão em processo de adequação de PPCI's, assim como o CAS, e o prédio da Conceição, 598. Recebemos relatórios dos processos de Habite-se do Pe. Santini e da Sede, para decidirmos qual o próximo passo. Está sendo feito o levantamento de custo para revitalização do Ed. Pe. Santini, que teve movimentação diferenciada por ter sido incluído em lista de imóveis tombada pelo patrimônio histórico. Isso requer algumas exigências específicas, mas estamos aguardando orçamentos para definição da amplitude da reforma.

Foi autorizada a reforma e manutenção de algumas salas no prédio da sede com problemas de infiltração e regularização, assim como todas as pendências urgentes e prioritárias foram sendo atendidas ao longo do ano em todos os imóveis, sempre buscando o equilíbrio entre custo e benefício.

Cabe destacar que 2017 foi marcado pela crise econômica e o COL teve dificuldades de receber regularmente o valor dos aluguéis por parte dos locatários. Muitos buscaram renegociação ou parcelamento. Da mesma forma, as salas que foram sendo desocupadas também tiveram bastante dificuldade para nova ocupação, permanecendo muito tempo ociosas o que gera custos e incide de forma direta nas receitas do COL, gerando preocupação com a sustentabilidade institucional.

O patrimônio imobiliário do COL é composto por 69 imóveis, sendo 06 para uso próprio (administrativo/institucional, CCA, CDDH, 2 salas de manutenção e auditório) e 64 para locações de terceiros, sendo 09 vagas de garagem. Dos imóveis/salas aptas para locação, 11 encerraram o ano desocupados ou com aviso de desocupação imediata e 04 são aluguéis sociais (apenas cobrem custos sem entrada de receitas para o COL), comprometendo praticamente 1/3 da capacidade dos imóveis. Abaixo a situação dos imóveis:

<u>Prédios</u>	<u>Salas ocupadas</u>		<u>Vagas</u>	<u>Em desocupação</u>
Pe. Santini – Comerciais	7		1	-
Pe. Santini – Sociais	4	5	-	
Sede	10		-	-
Ed. Camila	-		1	-
Rua Conceição	8		-	-
Ed. Goethe	3		-	1
Ed. Michalski	11		2	1
Total	43		09	02



Departamento Pessoal

No decorrer do ano de 2017, o quadro de trabalhadores está distribuído conforme tabela abaixo, com respectivo índice de rotatividade:

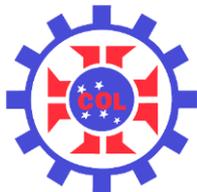
<u>Dep</u>	<u>Descrição</u>	<u>01/2017</u>	<u>Adm.</u>	<u>Dem.</u>	<u>12/2017</u>	<u>Ind. Rotatividade</u>
1	INSTIT.	11	2	4	10	33,33%
3	CCA	10	4	4	10	40,00%
5	CAS	21	5	4	21	23,80%
Total Geral COL:		42	11	12	41	

Os processos executados pelo Depto Pessoal foram: 1) Admissões: este processo está bem definido e sem alterações. A integração dos novos trabalhadores com o COL pode melhorar para contribuir com o “pertencer” do grupo; 2) Folha de Pagamento: ainda precisa de melhorias contínuas, pois foram encontradas algumas falhas no programa Siger (como atestados, cálculo de férias/13º salário, trabalhadores/as horistas no recibo). Todas as situações foram sanadas ou estão em processo de resolução; 3) Encargos sociais: os cálculos são automáticos, utilizando o certificado digital/conectividade para enviar as informações ao governo; 4) Prestação de Contas: o processo está ficando mais fácil com aquisição do conhecimento das regras utilizadas; 5) Rescisões: também com equívocos no sistema exigindo o cálculo manual e informado na ficha financeira. Parte do problema a Rech resolveu, outra parte é devido a formula de cálculo adotada pelo COL; 6) Vale-transporte: calculado de acordo com dias úteis e dias em programas específicos, sendo realizado crédito mensal no cartão do trabalhador; 7) PCMSO: Foi contratada a DoctorClin para realizar os exames médicos do trabalho, a partir de 10/12/2017, com isenção de valores por 6 meses, devido ao Plano de Saúde; 8) Entrega de EPI com respectiva anotação – ainda existe um pouco de resistência no uso, o que pode ser melhorado através de treinamentos; 9) Ponto Eletrônico - os problemas de conexão com o programa do Ponto Eletrônico foram solucionados e definido IP fixo (protocolo de Internet) para o relógio e o computador do DP. Algumas situações pontuais persistem, mas podem estar relacionados ao leitor de digital do relógio e para estes, melhor será avaliar a confecção de crachá para registrar o ponto.

Apesar das melhoras significativas no DP em 2017, ainda restam alguns desafios. O principal deles é avaliar a mudança de fórmula do COL, para utilizar todas as funcionalidades do SIGER automaticamente, sem a interferência manual no sistema, o que pode e já acarretou erro de operação.

Contabilidade e documentos

Assim como nos exercícios anteriores, o profissional vinculado à contabilidade realizou o lançamento mensal referente à movimentação da documentação de todas as entradas e saídas financeiras e elaborou o balancete mensal. Apresentou em Assembleia, a prestação de contas sobre as receitas e investimentos nos programas do COL.



Em março de 2017 foi realizada a auditoria sobre a documentação contábil referente ao ano anterior. Conforme a opinião dos auditores “as demonstrações contábeis se encontram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do COL, como também as práticas contábeis adotadas no Brasil”.

Toda documentação funcional encontra-se devidamente atualizada e organizada. As maiores dificuldades foram na renovação do PPCI junto aos Bombeiros e demora no processo de renovação da filantropia. Em junho de 2017, o COL recebeu um ofício do Ministério da Educação – MEC informando que a preponderância do COL era na educação, por isso o processo passou ao MEC. Nesse sentido, foi encaminhada a documentação complementar, conforme solicitado pelo MEC, também demonstrando a atuação do COL na assistência social, solicitando que o processo fosse remetido ao MDS – Ministério do Desenvolvimento Social.

Financeiro e Planejamento

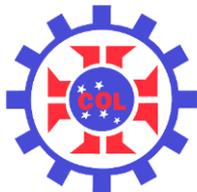
Como já foi referido anteriormente, o ano de 2017 foi um ano de retrocessos nas políticas públicas, de precarização das relações de trabalho e de grandes incertezas. No que se refere a receitas, não obteve avanços.

Nas receitas próprias o valor arrecadado foi em torno de R\$ 1.132.000,00, valor dentro do esperado apesar de haver capacidade para ampliação da receita, considerando as desocupações dos imóveis. A queda no valor arrecadado com os serviços de saúde e a reformulação das parcerias desonerou o COL no dispêndio, mas a receita está em proporção menor que a despesa.

Em convênios, em 2017 foram: um com o Município de São Leopoldo, para prestação de serviços de fortalecimento de vínculos no valor anual de R\$ 242.233,58 para atendimento de 140 crianças e adolescentes nos núcleos da Feitoria e Paim. Foram repassados em 2017 R\$ 158.565,40, com saldo de novembro e dezembro a pagar. Com o Estado na socioeducação, no cumprimento de medidas socioeducativas para o atendimento de 20 adolescentes, o valor mensal é de R\$ 74.730,00, totalizando um repasse anual de R\$ 879.698,50. Além dos Convênios, no ano foram executados dois projetos na CCA, um de R\$ 12.000,00 do FMDCA – “Do lixo que polui a arte que evolui” e outro de R\$ 10.000,00 da Vara de Execuções Criminais do Foro de São Leopoldo/RS para aquisição de computadores e impressora.

Na despesa foi o ano da valorização do trabalhador através de um aumento salarial acima do dissídio (4,57%), um aumento escalonado, com percentuais de 10% para socioeducadores, 8% para serviços gerais e agentes administrativos e 7% demais trabalhadores, além do Plano de Saúde contratado (pagamentos pelos/as trabalhadores/as) com a Doctor Clin para os trabalhadores.

Também foi um ano voltado para a revitalização dos imóveis do COL, com reformas importantes, adequação de PPCIs e regularização dos imóveis juntos aos órgãos competentes. Nos demais gastos houve otimização dos recursos, contudo ainda precisamos afinar os fluxos internos e criar processos para definição de prioridades e uso consciente dos recursos financeiros existentes.



PROGRAMAS

CCA – Casa da Criança e do Adolescente

A Casa da Criança e do Adolescente – CCA, no ano de 2017, deu continuidade ao seu trabalho desenvolvendo ações previstas nos Plano de Ação e de Trabalho aprovado junto aos Conselhos de Assistência Social e dos Direitos da Criança. Para a realização do trabalho, a CCA – COL, contou com o apoio financeiro da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal DCA e da Vara Criminal de SL, mas especialmente de recursos de receitas próprias do COL.

Neste ano foram atendidos diretamente 140 crianças e adolescentes e suas famílias. Sendo 60 na Região Leste e 80 na Região Oeste. Em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social, o público atendido é composto por cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, prioritariamente crianças e adolescentes e famílias das regiões leste e Oeste de São Leopoldo, que têm histórico de ameaça, violência e perda ou fragilidade de vínculos familiares e comunitários.

Foi executado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nas duas regiões sendo apontado pela Secretaria de Desenvolvimento Social como exemplo no que se refere às ações desenvolvidas em conformidade com o que direciona o Sistema Único da Assistência Social, tendo em vista a participação efetiva das crianças, adolescentes, famílias e grupo de mulheres, tanto no planejamento quanto no monitoramento e avaliação, com o objetivo de fortalecer as ações, respeitando a cada sujeito.

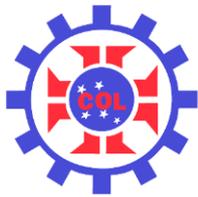
O acompanhamento sociofamiliar buscou fortalecer os vínculos familiares e comunitários, identificando e encaminhando casos de ameaça e/ou violação de direitos humanos de crianças e adolescentes em conjunto com os demais serviços da rede de proteção. Para isso, foram realizadas em média mais de 100 visitas domiciliares e mais de 200 atendimentos/conversas/orientações, 25 reuniões de discussão de casos em equipe, 24 reuniões de microrredes, 15 reuniões de discussão de casos com o CRAS Oeste, 10 reuniões de discussão de casos com o CRAS Leste, 6 encontros de famílias e 12 encontros do grupo de mulheres.

Este foi um ano marcado por diversos movimentos de luta na defesa dos direitos. O cenário foi difícil em relação ao atendimento de alguns serviços da rede, principalmente na área da assistência social, devido à falta de profissionais para compor a equipe mínima, o que incide negativamente nas ações de acompanhamento familiar, prejudicando a qualidade e continuidade no atendimento. Neste sentido, a CCA foi fundamental enquanto principal ator articulador da rede na busca da superação das demandas da comunidade.

Foi aprofundada a compreensão sobre a dinâmica familiar das crianças e adolescentes acompanhadas. Nas duas regiões foram observadas que o ciclo da violência não foi interrompido, pois as famílias acompanhadas, já estão na terceira geração e o ciclo ainda permanece. Essas famílias precisaram e precisam de busca ativa permanente, pois a ausência no serviço é grande.

Outro aspecto importante constatado foi sobre a estrutura física de atendimento dos Conselhos Tutelares (Centro e Norte), que se situam no mesmo endereço, na Região Nordeste, bem próximo ao Centro, dificultando o acesso das famílias que residem em outras regiões da cidade. O mesmo acontece com os CRAS (Leste e Oeste), que se situam longe de alguns territórios de abrangência para o atendimento.

Tendo em vista a centralidade na família de todas as ações das políticas públicas, enquanto programa, ainda temos um grande desafio pela frente no sentido de assegurar o direito de acolhimento e atendimento familiar na rede local de serviços. Garantir o atendimento e que este tenha a perspectiva da atenção integral da família, de forma intersetorial e descentralizada continuará sendo nosso objetivo nesta ação.



Sobre a mobilização nas duas regiões de atendimento da CCA – COL, a equipe esteve bastante envolvida com os encontros preparatórios da Conferência da Assistência Social, juntamente com os usuários, sendo o organizador e articulador do encontro na região Leste. Encontro que aconteceu na sede da CCA – Leste, com a participação de algumas famílias atendidas, idosos participantes do grupo de convivência do CRAS e pessoas da comunidade. Na região Oeste o encontro preparatório ocorreu na Escola Paulo Beck, tendo a participação de alguns adolescentes da CCA – Oeste. Após, a equipe mobilizou um número significativo de participantes na Conferência da Assistência Social. Sendo que a CCA Leste e Oeste, foram ponto de encontro para o transporte dos/as usuários/as que foram para a conferência. Cabe destacar a participação de famílias participantes do SCFV – CCA e dos/as adolescentes.

No decorrer do ano de 2017, a metodologia utilizada foi a educação popular, levando em consideração a realidade e a subjetividade da comunidade e da vida particular de cada criança e adolescente. Já na acolhida atenciosa, com escuta e afeto, estabelecendo vínculos com cada criança e com o grupo. Mas o trabalho não poderia ser realizado sem uma equipe coesa, unida e que pensasse junto todas as ações, algo que se intensificou esse ano, trazendo aprendizado para todos/as e muitos trabalhos coletivos tanto em sua execução, elaboração e avaliação. Tendo como destaque o lúdico, que envolveu música, teatro, audiovisual, movimentos corporais, artísticos, entre tantas outras ferramentas, tendo sempre um objetivo para cada ação, ou seja, uma causa, um porquê em seu desenvolvimento.

Na realização das atividades ficou clara a importância de dar voz às crianças e adolescentes, incentivando a participação e a tomada de decisões, no planejamento diário, como também em espaços externos, fórum dos adolescentes e outros movimentos reivindicatórios de seus direitos. Durante o ano foi perceptível a queda de situações de violência dentro e fora do espaço da CCA, muito disso se dá devido ao empoderamento dado às crianças e adolescentes, que em diversas vezes agiram para apaziguar e orientar seus colegas e amigos a agir diferente e repensar seus atos, fortalecendo seu sentimento de pertencimento em relação ao espaço e proposta do projeto.

Como parte das ações, ocorreram diversas parcerias que foram estabelecidas no decorrer do ano, que visam fortalecer vínculos com as comunidades em questão (regiões leste e oeste) e que inseriram as crianças e adolescentes em atividades ambientais, culturais, políticas e de saúde.

Por meio da Secretaria de Meio Ambiente foi propiciada visita ao Museu do Rio dos Sinos, projeto da Canoagem, trilha ecológica no Parque Imperatriz e recebimento de doação de mudas para o plantio em ambos os núcleos. Foi feita visita monitorada à Escola Visconde Agrícola, o que despertou no grupo um maior cuidado com o meio ambiente e valorização do plantio como parte da economia doméstica e cuidado com a alimentação. Outra atividade ambiental importante foi na semana da água onde crianças e adolescentes foram na fazenda Quinta da Estância.

Também teve um destaque importante neste ano a realização do projeto “Do lixo que polui para a arte que evolui”, objetivando a transformação do lixo em arte e a conscientização do descarte correto e que não prejudique o ambiente local, também foi possível realizar a construção de cisterna e hortas domésticas como ferramenta para desencadear o debate e reflexão sobre ações socioambientais e saberes populares.

No aspecto político, as crianças e adolescentes participaram, de diversos movimentos: Conferência Municipal da Assistência Social; Audiência Pública em Defesa do SUAS; Sarau de lançamento do CDDH do COL em parceria com o PROAME; Audiência pública de lançamento na Câmara Municipal do CDDH; Adolescentes representantes da CCA participaram da elaboração do Plano Decenal dos Direitos das Crianças e Adolescentes do Estado do Rio Grande do Sul, na rede socioassistencial Leste dialogando e levantando demandas da comunidade sobre a segurança pública e na Assembleia com o prefeito municipal na associação de moradores da Vila Paim, dialogando sobre os espaços públicos de lazer ausentes ou destruídos na comunidade. Outro espaço importante de participação das crianças e adolescentes foi o evento alusivo aos 27 anos do ECA “Um grito por Direitos”, provocando a conscientização de que seus direitos estão sempre em jogo e que precisa se mobilizar para que eles se efetivem.



Algumas propostas culturais, sendo também de cunho político, aconteceram e enriqueceram as ações da CCA, atividades como o sarau realizado na região leste, na sede do programa, em conjunto com o Coletivo Urbano, envolvendo os adolescentes em oficina de poesia, propiciando o acesso à cultura, com apresentações musicais, recital de poesias, roda de capoeira, entre outros.

Outra proposta cultural foi a participação das crianças e adolescentes da região oeste distribuindo mandalas confeccionadas por eles, e também ensinando outras crianças e adolescentes a fazer enquanto dialogavam sobre os direitos garantidos pelo ECA no Simpósio da Escola Estadual Paulo Beck, resultando uma cerimônia de certificação com entrega de medalhas e troféu para CCA.

Também foram realizadas diversas atividades externas, em praças públicas por toda a cidade, o que garantiu o direito de brincar, lazer, esporte e principalmente o direito à cidade. Buscando sempre a reflexão crítica sobre esses espaços e sobre o abandono de algumas zonas, principalmente as periféricas, pelo poder público e como podemos agir, seja com mobilização ou mesmo ocupando esses espaços, para que de fato haja mudança.

Neste ano também foi possível realizar alguns momentos de integração entre os núcleos, como atividades lúdicas na semana da criança; atividade na semana farrroupilha em um piquete no Parque do Trabalhador, com almoço e o passeio de final de ano ao Itapema Parque.

Os/as educadores/as da CCA estiveram envolvidos nesse ano com o fórum municipal dos educadores/as sociais, sendo os principais articuladores em cinco encontros. Também participaram do II Seminário “(Des)amarrando nós”, onde ficaram responsáveis para dar continuidade nas discussões. Realizando assim uma formação “Do nó para nós”, para trabalhadores/as das instituições de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de São Leopoldo. A partir desta formação os educadores da CCA, foram convidados para serem mediadores de um grupo de trabalho no encontro estadual de educadores sociais realizado em Novo Hamburgo (responsável pelo tema Militância e Mobilização Social).

O compromisso, tanto da equipe do COL quanto do público atendido, foi essencial para o desenvolvimento do trabalho apesar de todas as dificuldades apresentadas no ano de 2017 na área social, política e econômica que tem assolado o país, desrespeitando os direitos já adquiridos.

CAS – Centro de Atendimento Socioeducativo

O CAS em 2017 atendeu em torno de 58 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade. Houve 22 evasões no período, 15 adolescentes foram desligados, 03 foram recambiados para outras Unidades e infelizmente 01 adolescente foi assassinado. Mesmo enfrentando situações difíceis, a equipe considerou que o destaque do ano foi à inauguração do Centro de Defesa de Direitos Humanos, através da parceria COL/Proame, visto que a partir da implementação muitas demandas surgiram (violações de direitos), trazendo à tona reflexões sobre o papel das organizações que priorizam a defesa e garantia de direitos. Importante dizer que em 90% das avaliações realizadas pelos/as trabalhadores/as do CAS, o CDDH foi listado como maior iniciativa no ano de 2017. É a compreensão de que o COL está atuando na prática daquilo que é parte inerente e constituinte da “Instituição”: buscar a garantia e defesa dos direitos humanos.

Os relatos apontam a efetiva parceria institucional estabelecida com relação às demandas do CAS, tanto nas questões práticas, quanto nas questões relativas à diálogos, discussões e o "estar junto", especialmente nas situações vivenciadas no cotidiano, na realização do trabalho, no retorno e informações trazidas pela Direção da Unidade. Hoje o COL reconhece o CAS como programa seu e o CAS se reconhece como COL.



Outro aspecto importante e positivo foi a realização do Planejamento. Momentos de encontro de todos os trabalhadores possibilitam conhecer um pouco mais, pensar e discutir o "fazer presente" para possibilitar enxergar e planejar o trabalho adiante, buscando qualidade e conhecimento do próprio trabalho. A participação em mobilizações de grande parte na busca pela efetivação de direitos e garantir uma melhor qualidade de vida, também é um ponto de destaque que contribui para o trabalho e integra o COL nas pautas públicas.

A equipe sente-se à vontade para fazer uma comparação dos métodos de trabalho anteriores e os utilizados nos dias atuais no CAS/COL. A unidade aprimorou as regras a serem seguidas pelos socioeducandos em cumprimento de MSE, os métodos de abordagem dos socioeducadores, o entendimento do todo do COL, além de ter conseguido demonstrar ao judiciário a importância da avaliação de perfil dos socioeducandos aptos a cumprirem medida socioeducativa em semiliberdade.

As atividades que contaram com a participação dos socioeducandos do CAS foram: torneio de vôlei, reforma do pátio interno do COL e sala de atendimento do CDDH, torneio de futsal e concurso de poesia, todas ocorridas em ambiente externo e com excelente adesão e desempenho de todos. A avaliação apontou que é fruto do trabalho desenvolvido por toda equipe de trabalhadores do CAS/COL.

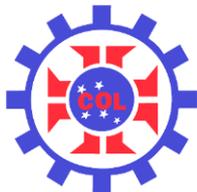
O Círculo Operário Leopoldense, através do programa CAS participou do 1º Concurso Literário da FASE destinado aos adolescentes das Unidades de internação e semiliberdade da Capital e do interior do Estado. Foram 152 trabalhos inscritos, entre os quais foram selecionados os cinco melhores das categorias "Produção textual" e os cinco melhores na "Produção gráfica". Do CAS/COL quatro adolescentes participaram na categoria "Produção textual" onde o CAS/SL foi premiado com o primeiro e quarto lugares no concurso. Este foi um momento muito marcante no ano de 2017 para a equipe e socioeducandos, assim como a celebração dos 15 anos do CAS/COL, comemorado em agosto de 2017, pois é uma trajetória que faz pensar e repensar muitas coisas a nível institucional e pessoal.

Um passo importante foi o suporte recebido no plantão da noite, onde somou-se mais um socioeducador além dos que já faziam parte desse plantão, em um momento bastante tenso, e esse suporte trouxe uma maior segurança aos colegas, sendo possível acompanhar com mais qualidade as demandas deste turno.

O CAS/COL foi determinante para a organização e realização IV Seminário da Rede Regional das Medidas Socioeducativas: "Que socioeducação temos e que socioeducação queremos?" em 29 de setembro de 2017 no Auditório Central na Unisinos/São Leopoldo. Contou com palestrantes renomados e público de diferentes Municípios da região. Foram abordados temas como: o papel do Judiciário nas Medidas Socioeducativas, os Planos Municipais de Medidas Socioeducativas, o contexto da Desassistência das Medidas Socioeducativas, além da apresentação do histórico da implementação da Justiça Restaurativa em NH, o contexto da Justiça Restaurativa na privação da liberdade e apresentações de experiências em Justiça Restaurativa por profissionais que integram os serviços que compõem a Rede Regional das Medidas Socioeducativas.

Importante destacar que o houve um investimento na qualificação e implementação de práticas restaurativas no que implica a Rede, mas especialmente nas Medidas Socioeducativas, sendo que o diretor e a Assistente social do CAS/COL participaram da formação em JR, tornando facilitares de círculos e processos restaurativos.

Sobre a relação com o MP e as dificuldades foram muitas e causaram sérios prejuízos ao trabalho socioeducativo construído pela rede de atendimento. No cenário, adolescentes em cumprimento de MSE de internação no CASE NH, que obtiveram uma progressão de medida para outra mais branda (devido a sua evolução institucional, pelo tempo relativo ao ato infracional cometido e pelo cumprimento de seu plano individual de atendimento), estão tendo que retornar compulsoriamente ao regime de internação mediante agravos.



Esse fato vem prejudicando o planejamento das equipes técnicas junto ao cumprimento de MSE do adolescente. Entre os sentimentos dos adolescentes e das equipes de trabalho destaca-se extrema insegurança. Devido à instabilidade instaurada, as equipes ficam sem parâmetros para planejar, junto ao adolescente e sua família, uma proposta que realmente se destine a reinserção social na comunidade, já que não se tem garantias de que o planejamento poderá ser executado a médio e longo prazo.

Apesar de vivenciarmos muitos retrocessos nas demandas políticas públicas em especial do sistema judiciário do país, e com certeza o impacto a nível Regional é demasiadamente preocupante, é preciso reconhecer uma movimentação do COL em contrapor esses desmandos. A implantação do CDDH é um exemplo de não conformidade com essa realidade, oportunizando que toda a organização faça o exercício de não aceitar a retirada de direitos conquistados ao longo anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório é um resumo das principais realizações de 2017, contemplando também considerações sobre elas e apontando desafios. Certamente muitos feitos importantes não foram incluídos aqui porque é muito difícil contemplar as ações realizadas em um ano por tantas frentes de trabalho. Mas, mais importante que o resultado é o processo coletivo de reflexão sobre o fazer institucional e a sistematização das práticas cotidianas e o compartilhar vivências.

Gratidão a todos/as os/as trabalhadores/as pelo compromisso com a causa, parceria e responsabilidade na condução do trabalho, espírito cooperativo com os/as demais colegas e compreensão com as fragilidades pessoais e limites institucionais. Apesar das dificuldades, 2017 trouxe grandes resultados e aprendizagens. Associados/as, Conselheiros/as, Diretoras, Coordenações, Equipes de trabalho, público atendido, comunidades... Todos/as fazemos parte dessa caminhada.

São Leopoldo, dezembro de 2017

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.

Paulo Freire



CÍRCULO OPERÁRIO LEOPOLDENSE





CÍRCULO OPERÁRIO LEOPOLDENSE

